

As 'incidências' que tenhem a ver com a violência simbólica e material que a Guarda Civil administra regular e silenciadamente sobre cidadás e cidadáns galegos rara vez ocupam um espaço nos meios de difusom. A agressom recebida ontem por A. V. P., umha mulher de 31 anos que se vê obrigada a deslocar-se com bastom por umha enfermidade que afecta as suas pernas, era no entanto notícia pola brutalidade que desvela a intervençom policial e a evidência dos métodos que utiliza o instituto armado espanhol. A jovem cambadesa deslocara-se de carro para adquirir um telemóvel numha loja do centro de Cambados. Trás estacionar o veículo transitoriamente de forma inadequada ao objecto de reduzir a distância a caminhar, A. V. P. saia em breves minutos da loja para colocá-lo correctamente e regressar à mesma para fazer a compra. Após sair da loja trás adquirir o telefone, a mulher comprovava que um carro policial se situara exactamente detrás do seu e os agentes assinalavam-lhe que o anterior local onde estacionara nom era permitido. A continuação, os guardas civis solicitárom o bilhete de identidade e documentação do veículo, procedendo à detençom de A. V. P. por nom dispor supostamente dos mesmos. Um dos agentes policiais assiu a jovem polo braço provocando-lhe um grande hematoma pola força com que a agarrou e precisando esta atençom médica. A. V. P. era conduzida ao quartelilho e ficava em liberdade trás duas horas e meia de detençom e a apresentaçom dumha denúncia pola agressom sofrida. Aliás, fontes dum diário arousano indicam que a jovem sofreu um ataque de ansiedade enquanto estivo no quartel do instituto armado. A vindoura terça-feira celebrará-se um júizo rápido contra os agentes implicados na agressom. Seguindo os protocolos de rigor, os membros do instituto armado denunciárom a jovem por "dessacato" e negativa a identificar-se. Trás este novo incidente repressivo, queremos destacar a regularidade e extensom com que no nosso País se produzem intervençoms da organizaçom militar espanhola caracterizadas polo emprego da força bruta contra cidadás e cidadáns galegos e a ocultaçom informativa dos factos. Desde Ceivar exigimos o cessamento deste tipo de intervençoms policiais regulares e a retirada da Galiza da força de ocupaçom. Alias, chamamos a cidadania objecto da repressom e a vigilância por parte do instituto armado espanhol a expressar o seu rechaço à presença e actividades do mesmo no nosso País.